

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC

UFRGS
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	O preço do progresso: contradições entre as leis, os direitos e a realidade vivida pelas populações atingidas por barragens
Autor	VERONICA DIAS MENDES
Orientador	JUSSARA MARIA ROSA MENDES

Autor: Verônica Dias Mendes

Orientador: Jussara Maria Rosa Mendes

Instituição de Origem: Universidade Feevale

O preço do progresso: contradições entre as leis, os direitos e a realidade vivida pelas populações atingidas por barragens.

Foi através do convívio, educação e avanços tecnológicos que nossa sociedade se desenvolveu e progrediu até a atualidade, concomitantemente a isso, fez-se necessário a criação de normas que regulamentassem esses avanços. As leis são construídas com o intuito de delinear direitos e deveres dos cidadãos, tendo como preceito principal garantir o convívio harmônico entre indivíduo, comunidade e meio ambiente. Com base nisso, projetos que visam o desenvolvimento e o progresso, são regulamentados por leis que abordam tanto questões ambientais e econômicas quanto de direitos humanos. Este trabalho faz parte de um projeto maior intitulado "Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento de trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas" que visa analisar as repercussões da construção da hidrelétrica de Itá em Santa Catarina na vida e no trabalho dos trabalhadores rurais atingidos pela obra. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de método qualitativo no qual foi realizada uma análise documental de algumas legislações vigentes acerca da construção de hidrelétricas. O objetivo deste trabalho é analisar as contradições entre as diferentes leis relacionadas a construção de hidrelétricas no Brasil e que integram o discurso do "desenvolvimento e progresso", com a realidade vivida pelos atingidos durante e após a construção da obra. Os dados ainda estão sendo analisados, mas já é possível observar uma discrepância entre o que é previsto pela constituição e os fatos vivenciados pelas populações atingidas pelas hidrelétricas. Não há uma legislação específica direcionada aos atingidos, sendo possível concluir que há uma necessidade de reavaliação das leis com o objetivo de facilitar o entendimento e o acesso da sociedade. O conhecimento das leis proporcionara a comunidade uma conscientização de seus direitos e maior garantia de justiça.

